



DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1661, QUARTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 2011

PSDB vai à Fazenda questionar movimentação financeira de Palocci

O PSDB protocolou no Ministério da Fazenda ofício em que questiona se o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) identificou movimentação financeira suspeita do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, e das empresas do petista: a Projeto Administração de Imóveis e a Projeto Consultoria, Planejamento e Eventos Ltda. O documento também solicita agilidade na apreciação dos requerimentos de informações sobre o caso.

“Encaminhamos por meio de ofício cinco questionamentos básicos. O Coaf pode até alegar sigilo, mas pode nos responder se há ou não essas operações em andamento. Se as respostas forem negativas, vamos aguardar que os esclarecimentos sejam feitos pelos outros órgãos ou pelo próprio ministro, que certamente é o maior interessado em apresentá-los”, declarou o líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**.

O documento questiona se o Coaf foi comunicado sobre operações em nome do ministro ou das suas empresas que ultrapassem o limite previsto na Lei 9.613, que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens. Em caso afirmativo, Palocci deve informar a origem das receitas e a licitude da transação. O ofício pretende esclarecer ainda se há indícios de ilícito administrativo. Os tucanos querem saber se há procedimento no Coaf para investigar atividades praticadas pelo petista.

Além de Nogueira, os tucanos **Antonio Imbassahy (BA)**, **Domingos Sávio (MG)**, **Nelson Marchezan Junior (RS)**, **Reinaldo Azambuja (MS)**, **Vanderlei Macris (SP)** e **Vaz de Lima (SP)** acompanharam o protocolo do ofício. O partido já apresentou requerimento à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle convidando o ministro a prestar, em audiência pública, esclarecimentos sobre o rápido crescimento do seu patrimônio.

O documento pode ser votado nesta quarta-feira (18). “Esperamos que ele compareça para dar explicações porque até agora não foram convincentes as informações dadas pelo governo”, explicou Macris, autor do requerimento. Também foram protocolados na Mesa da Câmara pedidos de informações endereçados à Controladoria-Geral da União e ao Ministério da Fazenda. @

Senadores decidem entrar com representação na PGR

*Em conjunto com DEM e PPS, o líder do PSDB no Senado, **Alvaro Dias (PR)**, decidiu entrar com representação na Procuradoria-Geral da República. A oposição pede investigação da evolução do patrimônio de Antonio Palocci, que foi multiplicado em 20 vezes entre 2006 e 2010.* @

Ações da oposição

- Ofício no Coaf que pede esclarecimento sobre movimentações financeiras do ministro
- Convite à Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara para ouvir o petista em audiência
- Pedidos de informações à Controladoria-Geral da União e ao Ministério da Fazenda
- No Senado, representação junto à Procuradoria-Geral da República

@ **Ministro já caiu uma vez por ter tido suas versões desmentidas pela realidade, lembra ITV**

Jutahy cobra origem de dinheiro usado por petista

O deputado **Jutahy Junior (BA)** cobrou do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, explicações sobre a origem do dinheiro usado para comprar um imóvel de luxo em São Paulo, no valor de R\$ 6,6 milhões. A unidade foi registrada no nome da empresa do petista, a Projeto Administração de Imóveis, em novembro do ano passado. Um ano antes, Palocci adquiriu um escritório por R\$ 882 mil.

“O ministro deveria ser o primeiro a dizer a origem do dinheiro. O país teria oportunidade de ter a compreensão na sua inteireza da relação patrimonial entre a atividade do ministro e a conquista desse patrimônio novo”, criticou o tucano.

A oposição apertou o cerco ao ministro solicitando abertura de inquérito. Foram protocolados diversos pe-

didados de investigação das movimentações financeiras do petista.

As ações foram motivadas por reportagem da “Folha de S.Paulo”, publicada no domingo (15). O jornal aponta que Palocci teve aumento de patrimônio em 20 vezes em quatro anos (2006 a 2010). Na época, ele exercia o cargo de deputado federal, recebendo R\$ 974 mil de salários. O valor é insuficiente para a aquisição das duas unidades.

“É óbvio que esse valor de aumento de patrimônio não pode ter acontecido com o salário de deputado federal”, apontou Jutahy.

Palocci já esteve envolvido em outro escândalo. Foi a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Em 2006, Francenildo levou a público que o petista, à época ministro da Fazenda, frequentava uma mansão em Brasília para fazer reuniões com lobistas. O episódio culminou com a exoneração de Palocci. @

Tucanos defendem redução da elevada carga tributária brasileira

A elevada carga tributária, o baixo retorno social dos impostos arrecadados, o desestímulo à produção e a oneração dos investimentos tornam o sistema brasileiro injusto, afetando especialmente os mais pobres, avaliam os deputados **Rui Palmeira (AL)** e **Vaz de Lima (SP)**. A redução da carga dominou a discussão promovida pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Participaram do encontro parlamentares, representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). As autoridades criticaram o aumento de impostos nos últimos anos, que atinge o microempresário e o assalariado.

Para Rui Palmeira, existe uma incoerência entre discurso e prática. Ele defende a reforma urgente, mas desconfia da intenção do governo em mudar o método de arrecadação. "A carga tributária brasileira é compa-

rada a países europeus. É difícil acreditar (em mudança). Se eles não fizeram em oito anos, vão fazer agora?" questionou.

Vaz de Lima sugere a cobrança de impostos das empresas que optaram pelo Simples Nacional por faixa de lucratividade, como aponta projeto de lei em tramitação na Câmara, ao invés de o governo taxar empresas que atingiram teto de faturamento. Ele defende uma legislação para os produtos vendidos pela internet para evitar duplicação de cobrança de impostos.

Autor do projeto do Supersimples, o deputado **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)** afirma que o regime especial de tributação foi a única reforma implantada no Brasil. "Temos que diminuir ainda mais os impostos. Evitar a dupla cobrança dos produtos do Simples para que todas as empresas enquadradas no regime tenham realmente a tranquilidade a que elas aspiram desde o momento em que aderiram ao Simples. E também elevar o teto."  

4,9 milhões

de pequenas empresas optavam pelo Simples Nacional em 2010. Em 2007, o número era de 1,3 milhão. Apesar da adesão ao sistema, 60% das micro e pequenas empresas iniciam o comércio com apenas R\$ 10 mil, não tendo alto poder de concorrência.

Propaganda para crianças deve ser regulamentada, afirma Ruy Carneiro

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática realizou seminário nessa terça-feira (17) para debater projeto de autoria do deputado licenciado Luiz Carlos Hauly (PR) que proíbe publicidade direcionada ao público infantil. O deputado **Ruy Carneiro (PB)** é favorável à regulamentação de anúncios destinados a essa faixa etária. "Não considero necessária uma proibição da propaganda de forma geral. Vamos buscar uma norma que proteja a criança e o adolescente de determinados abusos", defendeu.

De acordo com o projeto, são várias as consequências da propaganda dirigida às crianças: obesidade, erotização, consumo precoce de tabaco e álcool, estresse familiar e banalização da violência.

A argumentação do autor do projeto é que comerciais de produtos infantis influenciam as crianças, incentivando o consumismo. Ruy Carneiro afirmou que

é preciso encontrar um meio termo para que as empresas, ao anunciarem, pensem no tipo, formato e volume da propaganda apresentada.

Na proposta, Hauly também cita a regulamentação vigente em outros países. Na Suécia, por exemplo, anúncios dirigidos a menores de 12 anos foram banidos da televisão. O país, que promove assembleias sobre a proteção de menores perante a mídia, quer levar o veto para outros pontos da Europa. Em Portugal, crianças não podem protagonizar comerciais de produtos para adultos.

Participaram do encontro o coordenador-geral substituto de Supervisão e Controle do Ministério da Justiça, Celso Soares, a coordenadora de Projetos Especiais do Instituto Alana, Gabriela Vuolo, a conselheira Roseli Goffman, do Conselho Federal de Psicologia, e o secretário-executivo da ANDI Comunicação e Direitos, Veet Vivarta. 

Leia também em nosso blog:

- Mara Gabrilli exige retratação do MEC e recolhimento de livros com erros de português 
- Ciclo de palestras cumpre objetivo de capacitar quadros para as eleições de 2012, avalia Marcio Bittar 
- Falta de transparência do governo é exemplo de má-fé, condenam deputados 
- Leréia busca acordos bilaterais em missão oficial na Coreia do Sul
- Atendimento de emergência é "fratura exposta" da saúde pública, alerta Pestana 
- Nishimori preside bancada da Comissão da Agricultura da Câmara em Maringá
- Direto do Twitter, com os deputados Duarte Nogueira (SP), Vanderlei Macris (SP), Rogério Marinho (RN) e Rui Palmeira (AL) e o senador Alvaro Dias (PR)
- Direto do Plenário, com os deputados Raimundo Gomes de Matos (CE) e Cesar Colnago (ES) e o senador Mário Couto (PA)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Leticia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>